

## Cidadania e Direitos Humanos em Aldeia Indígena



Entre os dias 19 e 21 de agosto, a Defensoria Pública do Estado do Pará, por meio do seu Núcleo de Direitos Humanos, participou da caravana de cidadania organizada pelo Ministério Público Federal, em conjunto com a FUNAI e Ministério Público Estadual. A ação teve como objetivo emitir registro civil de índios da etnia Munduruku de acordo com a língua e grafia tradicionais e ocorreu no Município de Jacareacanga, mais precisamente na aldeia indígena Sai-Cinza, do povo Munduruku. Apoiaram a iniciativa o Propaz, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Prelazia de Itaituba e o Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp), da Secretaria de Segurança Pública, que conduziu os participantes.

A aldeia Sai-cinza está localizada à margem esquerda do rio Tapajó. Além dos indígenas moradores da Aldeia Sai-cinza, diversos outros indígenas de outras aldeias buscaram a ação. Foram cerca de 400 atendimentos na aldeia da Etnia Munduruku, que ocorreram a pedido do Ministério Público Federal, através da seção de Itaituba. As principais demandas foram emissão de 1ª via e retificação de registro de nascimento, registro tardio e oficialização de união estável. Participaram da ação o defensor público Johny Fernandes Giffoni (NDDH), a procuradora da república Janaina Andrade de Sousa e a promotora de justiça Lilian Regina Furtado Braga, do programa Ministério Público e a Comunidade de Santarém. De acordo com o defensor público Johny Giffoni, a ação foi o primeiro contato dos índios da aldeia Sai-cinza com o Estado e foi de suma importância para o reconhecimento do indígena enquanto membro social da tribo ou aldeia, além do reconhecimento cultural que seu povo carrega. “Era uma reclamação deles que o cartório não queria efetuar o registro de acordo com a sua cultura. Para os Munduruku, no nome deve constar apenas o “clã” do pai, e a etnia. Não é correto falarmos de sobrenome, pois na ‘cosmologia’ Munduruku a organização social e o valor de cada organismo social é diferente do que é para nós.”, informou.

O defensor apontou problemas no que diz respeito à grafia dos nomes. “Contamos nessa ação com o auxílio de diversos professores indígenas que nos auxiliavam no entendimento da cultura

do que é para nós”, informou.

O defensor apontou problemas no que diz respeito à grafia dos nomes. “Contamos nessa ação com o auxílio de diversos professores indígenas que nos auxiliavam no entendimento da cultura. Já que a maioria dos indígenas fala como primeira língua o dialeto Munduruku e depois o português”, explicou.

Foram feitos mais de 110 ofícios buscando a retirada e retificação de registro de nascimento, mais de 200 termos de declaração de união estável no local e cerca de 200 fichas para ajuizamento de ações judiciais e pedidos de registro que serão confeccionados pelo NDDH, em Belém, e depois enviados para encaminhados ao Ministério Público para emissão de parecer e depois ao cartório de Jacareacanga.

Texto: **Bianca Leão** e **João Moraes**

Foto: **NDDH**